

PEQUENA POLÍTICA E GRANDE POLÍTICA NO CONTEXTO DAS SUPERESTRUTURAS MODERNAS: UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE POLÍTICA EM GRAMSCI¹

José Pereira de Sousa Sobrinho²
Justino de Sousa Junior³

Resumo

Este artigo teve como objetivo analisar em os Cadernos do Cárcere, de Gramsci, os conceitos de pequena e grande políticas como ideias centrais para interpretar o pensamento político do marxista italiano. Revistando a relação de unidade na distinção entre estrutura e superestrutura, examinou-se a política como uma atividade singular e autônoma, detentora de uma práxis particular que se reflete no tempo da atividade política. Por fim, a partir da análise da democracia representativa, incorporaram-se novas determinações aos conceitos de pequena e grande políticas.

Palavras-chaves: Pequena política; Grande política; Democracia Moderna.

PEQUEÑA POLÍTICA Y GRAN POLÍTICA EN EL CONTEXTO DE LAS SUPERESTRUTURAS MODERNAS: UN ANÁLISIS DEL CONCEPTO DE POLÍTICA EN GRAMSCI

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar los conceptos de pequeña y gran política como ideas centrales para interpretar el pensamiento político del marxista italiano en los Cuadernos de la cárcel. Tras revisar la relación de unidad en la distinción entre estructura y superestructura, se examinó la política como una actividad singular y autónoma, con una praxis particular que se refleja en el tiempo de la actividad política. Por último, a partir del análisis de la democracia representativa, se añadieron nuevas determinaciones a los conceptos de pequeña y gran política.

Palabras clave: Pequeña política; Gran política; Democracia moderna.

SMALL POLITICS AND BIG POLITICS IN THE CONTEXT OF MODERN SUPERSTRUCTURES: AN ANALYSIS OF THE CONCEPT OF POLITICS IN GRAMSCI

Abstract

This paper analyzed Gramsci's Prison Notebooks, focusing on the concepts of small and big politics as central to interpreting the Italian Marxist's political thought. Examining the relationship between unity and distinction in structure and superstructure, politics was reviewed as an autonomous activity with a specific praxis reflected in the timing of political activity. Finally, based on the analysis of representative democracy, new determinations were incorporated into the concepts of minor and major politics.

Keywords: Small politics; Big politics; Modern democracy.

¹ Artigo recebido em 15/01/2026. Aprovado em 09/06/2026. Publicado em 28/07/2026.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v24i54.70381>

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC/Brasil). Professor do Departamento de Educação Física da Universidade Regional do Cariri (URCA/Brasil); Email: jose.pereira@urca.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8058515708929629>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2089-6698>.

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/Brasil). Professor adjunto da Universidade Federal do Ceará (UFC/Brasil). Email: justinojr66@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5835023680619914>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2614-418X>.

Introdução

A política aparece como uma categoria-síntese na análise gramsciana em *Cadernos do Cárcere* (CCs, doravante), assumindo o lugar de tema unitário nessa obra, elemento que remete a todas as outras questões tratadas pelo autor, como hegemonia, os intelectuais, cultura (Liguori; Voza, 2017). A afirmação de que tudo é política indica que, ao tratar dessas demais questões, Gramsci está analisando as diferentes formas como a política se concretiza na vida social.

A análise política produzida pelo marxista italiano em os CCs deve ser entendida no contexto das lutas revolucionárias do início do século XX, em especial a revolução Russa de 1917 e o biênio vermelho na Itália (1919-1920). A elaboração de Gramsci em torno da política lhe confere uma complexidade e um refinamento teórico que nos permite afirmar que sua obra comporta elementos de originalidade ao incorporar novas determinações às elaborações teórico-políticas marxistas.

Neste artigo, abordamos o conceito de política em Gramsci, particularmente as categorias de pequena e de grande políticas como ideias-chave para interpretar o seu pensamento político. Na esteira dessa análise, examinamos em os CCs o Caderno 22, a sua concepção de política como atividade autônoma e singular, detentora de uma práxis particular, refletindo sobre a sua efetivação no tempo e no espaço de forma distinta aos demais fatores da vida social. Por fim, articulamos os conceitos de pequena e grande políticas à análise dessa práxis política nas democracias modernas.

Método de análise política da filosofia da práxis

A política deve ser tomada como uma categoria central do pensamento de Gramsci, como “aquilo que dá sentido e” articula “todas as suas investigações históricas e reflexões filosóficas” (Buzzi, 1967, p. 187 *apud* Coutinho, 2014, p. 90), formulando uma compreensão de que “todas as esferas do ser social são atravessadas pela política” (Coutinho, 2014, p. 90). Assim, Gramsci tendia a enxergar essas demais esferas da vida social a partir do prisma da relação com a política. Uma das suas pretensões em os CCs passa justamente por desenvolver uma análise marxista desses diversos aspectos da política nas distintas esferas da vida social, com a intenção de elaborar “uma teoria e uma técnica da política” que possam servir aos

subalternos, de modo a “romper a unidade baseada na ideologia tradicional”, auxiliando na construção da luta pelo socialismo (Gramsci, 2022, p. 59).

O italiano almejava refinar o método de investigação política incorporando o modelo de análise presente na obra marxiana, marcado pela combinação entre seus escritos metodológicos e suas obras nos quais analisa as experiências revolucionárias de 1848 e 1871. O seu objetivo era “afirmar uma leitura não economicista dos textos metodológicos de Marx [...] levada a cabo com a mediação de seus textos históricos” (Bianchi, 2018, p. 109).

As formulações de Gramsci continham uma crítica ao modelo de marxismo cuja análise da realidade ofertava a esfera econômica um lugar de primazia quase absoluta sobre o mundo real, resultando em uma composição teórica regida por um determinismo mecânico diante da interpretação das relações entre economia e política, aproximando o materialismo dialético a um “materialismo absoluto”, disfarçado de crítica ao idealismo (Gramsci, 2022, p. 15). Portanto, as elaborações do marxista italiano contêm uma crítica ao economicismo e ao modelo determinista/mecanicista originado no marxismo da Segunda Internacional e que abrangia o marxismo soviético que tendiam a reduzir a política a um resultado direto das determinações econômicas. A interpretação gramsciana foi marcada por um “antieconomicismo radical” que “pôde conceber de modo novo a relação entre economia e política, entre estrutura e superestrutura, destacando o papel da ação humana em face às determinações objetivas” (Coutinho, 2011, p. 20-21).

Para Gramsci, as análises políticas regidas por esse férreo determinismo econômico substituíam o estudo da especificidade da política, reduzindo a análise a uma sobreposição de dados econômicos, interpretando os acontecimentos políticos como resultado direto da esfera econômica. Como consequência dessa forma de entender a relação entre política e economia, as análises marxistas derivavam para uma crença supersticiosa na inevitabilidade da transformação social, como efeito incontornável das contradições econômicas e sociais.

Gramsci pretendia refinar a investigação política marxiana, reincorporando a ação humana como chave central para a análise do real. Para tanto, o autor acabou desenvolvendo conceitos políticos presentes na teoria marxista, incorporando novas determinações à categoria do Estado e produzindo reflexões originais para pensar a sociedade civil e a luta ideológica, o que criou um instrumentário teórico que permitia

tanto recolocar a ação humana no centro da análise marxista quanto investigar a práxis política em sua singularidade.

O italiano retomou a ideia de economia no sentido marxiano do termo, recusando a sua associação a relações técnicas de produção ou como produção de objetos materiais, mas a entendendo “como o modo pelo qual os homens associados produzem e reproduzem não só objetos materiais, mas suas próprias relações sociais globais” (Coutinho, 2014, p. 95). Nesse marco, as relações políticas são o produto e as produtoras dessas relações globais, e deveriam ser entendidas como resultado de um “conjunto das relações sociais historicamente determinadas” (Gramsci, 2022, p. 56-57). A política não deveria ser tratada como algo abstrato e imutável, mas como um fenômeno gestado do conjunto das relações materiais, “concebida em seu conteúdo concreto (e também em sua formulação lógica) como um organismo em desenvolvimento” na história (Gramsci, 2022, p. 56-77).

Por essa razão, Gramsci insistia nas ideias políticas de Maquiavel, enxergando em suas análises elementos teóricos válidos para pensar a atividade política, contudo, suas reflexões deveriam ser consideradas “como expressão necessária de seu tempo e como estreitamente ligado às condições e às exigências de sua época” (Gramsci, 2022, p. 29). Esse modo de análise da obra de Maquiavel indica uma intenção de historicização da práxis política como um método para revelar o lugar da política nas condições materiais de um determinado período histórico. Em outras palavras, significava “estabelecer a posição dialética da atividade política [...] enquanto determinado grau superestrutural” (Gramsci, 2022, p. 26). A intenção de Gramsci era demarcar que em cada modo de organização da vida na história também continha uma forma particular de práxis política, assim como os diferentes estágios de desenvolvimento da sociedade capitalista. Sua pretensão era produzir uma análise sistêmica dessa práxis política especialmente nos estágios mais avançados de desenvolvimento da democracia burguesa, a partir de uma reflexão capaz de revelar o conteúdo interno e singular da atividade política sobre determinadas condições histórico-sociais, evitando juízos pautados em ideias abstratas ou tomando-a como mero reflexo das determinações estruturais.

Gramsci tomou a política como uma atividade em constante movimento e transformação, devendo ter a sua práxis examinada à luz de seu desenvolvimento histórico. Foi justamente no exame da particularidade da Itália que Gramsci encontrou

nos escritos de Maquiavel dois elementos fundamentais para pensar a política:

1) a afirmação de que a política é uma atividade independente e autônoma que tem seus princípios e suas leis diferentes daquelas da moral e da religião em geral [...] 2) conteúdo prático e imediato da arte política estudado e afirmado com objetividade realista, dependente da primeira afirmação (Liguori; Voza, 2017, p. 630).

Nos CCs, Gramsci buscou desenvolver a tese da política como detentora de uma existência autônoma e independente em relação aos demais fenômenos sociais. Para tanto, o marxista sardo incorporou novas determinações ao conceito de política, ajudando a redefinir a compreensão em torno da relação entre o econômico e o político.

Gramsci refutava teorias que concebiam a conexão entre econômico e político como uma relação de determinação direta e unilateral, sua reinterpretação passa a conceber o nexo entre estrutura e superestrutura como uma relação de “unidade dos contrários e dos distintos” (Gramsci, 2022, p. 26). Enfatizando a dimensão da unidade, mesmo se tratando de momentos distintos, contestando o modelo teórico vigente que promove uma separação absoluta entre o econômico e político, a redefinição da unidade dialética entre esses dois momentos visava enfatizar os aspectos de interconexão entre as duas categorias, expondo que aspectos das relações de produção (estrutura) também são ao mesmo tempo políticos e sociais (superestrutura). Assim, retomou a perspectiva de que a vida social deve ser entendida na unidade dialética entre fatores objetivos e subjetivos, na qual a superestrutura (política) é também uma força social que produz formas de existência do ser social.

Para Bianchi (2018, p. 123), a análise de Gramsci “procurou desenvolver os conceitos de estrutura e superestrutura e estabelecer uma relação precisa entre ambos” demonstrando a existência de “um nexo necessário e vital” entre os dois momentos da realidade, unidade que é expressada no conceito de bloco histórico. O autor argumentou que a superestrutura não é somente um reflexo da estrutura, mas, ao contrário, também é “uma realidade objetiva e operante que mantém um nexo indissociável com a estrutura” (Bianchi, 2018, p. 121). Contestando a tradição que buscava encontrar a chave explicativa do movimento da realidade e das ações políticas somente nos dados econômicos, Gramsci apontava que a materialidade da vida social estaria no bloco histórico constituído no processo de formação social da

sociedade capitalista, isto é, nessa relação movente e de mútua constituição entre estrutura e superestrutura, que se concretizava em um bloco que continha uma “vigorosa relação dialético-material com a realidade, assumindo-se como a unidade dialética entre as forças produtivas, relações sociais de produção e superestrutura jurídico-política num dado momento histórico” (Bianchi, 2018, p. 122).

Portanto, a análise política deveria se dar na investigação da unidade dialética entre todos os fatores objetivos das forças materiais presentes na vida social, o que inclui o exame da sociedade política e da sociedade civil como a dimensão na qual atuam as diferentes classes e suas organizações políticas. O conceito de bloco histórico designaria essa unidade entre fatores objetivos e subjetivos, dimensão das relações econômicas – relações de produção, propriedade e distribuição (estrutura) – e a dimensão ideológico-política (superestrutura). Para o pensador, a ação humana efetivada nas atividades político-ideológicas – sociedade política e sociedade civil – continha uma força objetiva capaz de determinar as formas de existência do ser social e, portanto, deveria ser incluída como parte da análise histórica e política que tenha no horizonte a transformação radical da sociedade.

Essa forma de conceber a relação entre estrutura e superestrutura permite-nos entender que a política se dá sob determinadas condições objetivas, sendo produto de um processo histórico determinado pelo desenvolvimento do bloco histórico. Ao mesmo tempo, o teórico tomou a relação entre estrutura e superestrutura não mais como uma determinação unilateral, sustentando que a segunda também determina a primeira, ao estabelecer as condições concretas para a efetivação das relações sociais de produção capitalistas tanto por meio de um modelo jurídico de propriedade privada e de igualdade jurídica formal entre trabalhadores e proprietários quanto pela consumação de um arcabouço ideológico que conforma uma prática cotidiana das massas, seja com a disciplina férrea do trabalho, seja com relação às condições de subalternos na sociedade de classes. Os aspectos político-ideológicos, jurídicos e culturais compõem a vida social como forças objetivas, sendo parte daquilo que determina a constituição e a reprodução das relações de produção, de propriedade e de distribuição. A hegemonia gestada por mecanismos de coerção e consenso engloba aquilo que determina a existência do ser social a partir de situações de classe, indicando que estrutura e superestrutura se determinam mutuamente, haja vista que o “desenvolvimento econômico e da política se encontra intimamente vinculado e

marcado por influências, ações e reações recíprocas” (Bianchi, 2018, p. 155).

A redefinição do nexo entre economia e política permite-nos entender que o processo de constituição da superestrutura guarda uma relação de unidade com a estrutura, mas é distinto como produto de um processo histórico particular no qual as suas instâncias e entidades singulares surgem e se desenvolvem no âmbito da sociedade política e da sociedade civil. Nessa superestrutura, são gestadas as leis de funcionamento e a lógica interna da atividade política, concebendo um tipo particular de práxis política com uma existência singular. O marxismo deveria estudar de forma detalhada essa práxis, dissecando a atividade política configurada por esse “sistema das superestruturas” e examinando o grau de desenvolvimento dessas superestruturas, com o intuito de “estabelecer a posição dialética da atividade política” (Gramsci, 2022, p. 26).

Gramsci (2022) compreendia a análise da atividade política como indissociável do estudo da superestrutura, do estágio de desenvolvimento da sociedade política e civil, do exame dos mecanismos e formas de atuação política, como o sufrágio universal, o parlamentarismo, a democracia representativa etc., assim como seus Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) do meio civil como sindicatos, associações, partidos, confrarias, jornais etc. São nessas superestruturas, com sua organização e ordem internas próprias, que se efetivam as disputas que comportam as possibilidades de ruptura ou de continuidade da hegemonia das classes dominantes. As formas como se concretizou essa superestrutura e as suas transformações determinam o modo como se realiza a política. Gramsci (2022, p. 78) reflete sobre essas transformações da práxis política, argumentando que a “técnica política moderna mudou completamente após 1848, após a expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e partidário, da formação de vastas burocracias estatais e ‘privadas’ (político-privadas, partidárias e sindicais)”.

O marxista italiano insistiu no nexo entre estrutura e superestrutura como uma relação de unidade na distinção, sua intenção era ressaltar o papel da ação humana como uma força objetiva na determinação da realidade. A sua argumentação demarca a necessidade do exame da ação humana articulada à investigação do processo de formação das superestruturas, como a base objetiva para entender as conexões e as assimetrias entre economia e política.

As assimetrias são perceptíveis na dinâmica de desenvolvimento desigual e combinado entre estrutura e superestrutura, onde mesmo em estados-nação com um desenvolvimento capitalista avançado, podem comportar estágios distintos de desenvolvimento da superestrutura. Nesse sentido, Gramsci refletiu acerca da diferença desse processo de formação política com os conceitos de Oriente e Ocidente, para designar as diferenças não somente espaciais, mas também históricas em torno dos processos de formação das superestruturas em diferentes estados capitalistas. O conceito de ocidente se referia aos modelos mais avançados dessa superestrutura, onde se encontrava uma sociedade civil que “tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às ‘irrupções’ catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.)”; nesses estados, “as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna” (Gramsci, 2022, p. 73).

Em tais estados-nação, a política havia se transformado de modo distinto do Oriente onde as estruturas da sociedade civil, nas primeiras décadas do século XX, ainda não haviam se convertido em “sistemas de defesa” eficazes “na guerra de posição” (Gramsci, 2022, p. 74). Essa diferença de desenvolvimento das superestruturas era parte do que explicava o sucesso da Revolução Russa em 1917, e ajudava a explicar as derrotas da revolução na Itália e na Alemanha, países em outro estágio de desenvolvimento de sua sociedade civil. Portanto, a atividade política deveria ser examinada à luz desses elementos da sociedade política e civil que fortaleciam o equilíbrio e a continuidade da hegemonia dominante, permitindo a esse tipo de bloco histórico ter uma maior capacidade de resistir às tentativas de assalto ao poder por parte dos subalternos.

A relação de unidade e distinção entre economia e política também se configura no tempo, nas discordâncias temporais entre os dois momentos do real. Por essa assincronia, há a necessidade de examinar a temporalidade da política como um acontecimento que se processa de forma singular, a partir da sua dinâmica estabelecida na superestrutura. A percepção da discordância temporal entre economia e política refuta interpretações que tendem a enxergar uma relação direta de causa e efeito entre o tempo da economia e o da política. Segundo Gramsci (2022, p. 70), nesses “modos de pensar, não se leva em conta o fator ‘tempo’”, suas discordâncias e especificidades com a política, e

em última análise, não se leva em conta a própria “economia”, no sentido de que não se compreende como os fatos ideológicos de massa estão sempre atrasados em relação aos fenômenos econômicos de massa e como, portanto, em determinados momentos, o impulso automático devido ao fator econômico tem seu ritmo diminuído, é travado ou até mesmo destruído momentaneamente por elementos ideológicos tradicionais (Gramsci, 2022, p. 70).

A alegação gramsciana de que os acontecimentos na esfera econômica não se transfiguravam de imediato em acontecimentos políticos nos leva a ponderar que fatores estruturais, como crises econômicas e o empobrecimento da classe trabalhadora, não produzem revoltas por si, mas poderiam somente acelerar o descontentamento geral, criando um terreno mais favorável para a disputa pela hegemonia, precipitando processos políticos, no entanto, esses acontecimentos possuem “a sua própria temporalidade e existência” (Bianchi, 2018, p. 110). A análise que busca encontrar na “questão particular do mal-estar ou do bem-estar econômicos” a causa das transformações históricas restringe a sua investigação a “um aspecto parcial da questão das relações de força em seus vários graus” (Gramsci, 2022, p. 45). Assim, Gramsci entende que “a ruptura do equilíbrio entre as forças” sociais não se dá “por causas mecânicas imediatas”, da relação entre economia e política, ao contrário, uma ruptura do equilíbrio social está associada a questões mais amplas da vida social, incluindo aspectos específicos da dimensão ideológico-política, tais como “interesses econômicos futuros”, “exasperação do sentimento de independência, de autonomia e de poder” (Gramsci, 2022, p. 45). A questão da revolução, desse modo, não se resolve exclusivamente como resultado imediato das contradições econômicas, mas se dá também no campo da política, na consolidação no imaginário dos subalternos da possibilidade de efetivação de uma sociedade futura qualitativamente distinta da sociedade capitalista.

Os dados econômicos devem compor a análise política, contudo, é preciso interpretá-los como “manifestação concreta das flutuações de conjuntura do conjunto das relações sociais de força”. O exame da política deve refletir como esses fatos conjunturais se convertem em atividade política efetiva no campo da sociedade política e civil, “em cujo terreno verifica-se” a luta política aberta entre as classes, quando as contradições da vida social assumem a forma de “relações políticas de força” (Gramsci, 2022, p. 45).

Assim sendo, as mudanças econômicas podem ser catalisadoras da atividade política, todavia, é na “esfera política-ideológica, ou seja, no terreno das

superestruturas, que se trava em última instância a batalha decisiva entre as classes sociais. É no processo político que os conflitos econômicos encontram os modos de resolução” (Coutinho, 2011, p. 21-22). A análise da realidade deve tomar como um componente fundamental o modo como os homens e mulheres se portam e agem diante das flutuações conjunturais da economia, sobretudo a forma como as diferentes classes interpretam ideologicamente os dados da realidade a partir da sociedade política e sociedade civil e os convertem em força impulsionadora da atividade política.

O centro de definição da continuidade ou ruptura do equilíbrio social passa pela correlação de forças entre as classes, a qual deve ser examinada. As categorias de pequena e grande políticas são um elemento teórico para decifrar a condição dessa correlação de forças.

Conteúdo prático e imediato da arte da política: caráter da atividade política

Os conceitos de pequena e de grande políticas fazem parte do esforço de Gramsci em desvelar a atividade política, criando um acervo teórico que auxilia o exame de seu conteúdo interno. Os conceitos usados por Maquiavel foram retomados por Gramsci, que, ao mesmo tempo, mantém e supera o significado presente no clássico italiano. O significado incorporado pelo marxista sardo se refere ao caráter de exame da práxis política já presente na definição do clássico, na qual a pequena política é identificada como uma práxis restrita, associada a “questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política” (Gramsci, 2022, p. 21-22). Contudo, o elemento de superação do conceito está na presença da concepção de classe que demarca o sentido da pequena política, o que representa a incorporação de novas determinações ao conceito do clássico italiano. Esse movimento de inclusão de novas determinações chega até o exame das condições concretas da democracia burguesa, das suas superestruturas avançadas, nas quais essa pequena política, essa “política do dia a dia”, de “corredor, de intrigas” é associada à “política parlamentar”, a dinâmica da democracia burguesa. (Gramsci, 2022, p. 21-22).

A grande política, por sua vez, “compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de

determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais” (Gramsci, 2022, p. 21-22). A noção de grande política ressalta o peso dos antagonismos sociais e das contradições de classe, remontando à ação política que objetiva “a conformação de uma nova hegemonia, de um novo bloco histórico cuja possibilidade está inscrita na totalidade social” (Bianchi, 2018, p. 141). A presença desses conceitos em Maquiavel compreende os elementos de um jacobinismo precoce encontrado pelo marxista italiano em *O Príncipe*.

O interesse de Gramsci nas categorias de pequena e de grande políticas está no modo como elas podem auxiliar a desvelar a práxis política das classes sociais em meio às superestruturas avançadas, caracterizando os seus traços fundamentais. Nesse sentido, o conceito de pequena política denota que o conteúdo interno da atividade política restrita às questões parciais e cotidianas está justamente em mascarar e ocultar os antagonismos sociais. Construindo uma práxis política que tem como seu principal objetivo a manutenção do bloco histórico já estabelecido, a pequena política é definida por Gramsci (2022, p. 345) como a “política de equilíbrio, de conservação”, ou seja, uma ação política que tem como horizonte à continuidade da hegemonia tradicional, atendendo aos interesses das classes dominantes. Essas operam a pequena política com a intencionalidade da grande política, o que fez com que Gramsci (2022, p. 21-22) entendesse a pequena política como a grande política da classe dominante, isto é, como uma práxis que objetiva “excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política”. A política cotidiana, esvaziada de objetivos de transformações estruturais, é a alta política da classe dominante, um “mecanismo de ocultamento dos conflitos sociais que permitia reduzir os agentes a condição de cidadão, abstraindo suas determinações sociais e transformando-os em unidades isoladas” (Bianchi, 2018, p. 141-2). A práxis da pequena política é produto e produtora de um modelo de cidadania esvaziado das determinações de classe, gerando entre os membros dos grupos subalternos uma concepção de política desconectada da sua condição social. Isso ajuda a interpretar como as disputas políticas cotidianas contêm um significado para além dos dados imediatos, na condição de prática política de conservação do bloco histórico.

Por parte dos subalternos, a ação política consciente da condição de classe permeia justamente a tentativa de explicitar os antagonismos sociais, acentuando os conflitos de classe como o fundamento da desigualdade social e da precariedade da

vida. Desse modo, para os subalternos, a atividade política consciente tende a conduzir a práxis política ao campo da grande política, como ação que tem no horizonte a transformação da ordem existente a partir da subversão radical das estruturas, pretendendo converter a prática política cotidiana em uma ação de construção de um projeto de futuro alternativo para os subalternos.

Para os subalternos, o predomínio da pequena política da classe dominante representa a negação de uma política capaz de atender aos seus interesses coletivos e históricos, uma atividade esvaziada de significado para os explorados e oprimidos. A prevalência dessa pequena política, contida tanto na sociedade política quanto na civil, em um determinado período, representa a condição de supremacia política da classe dominante e de êxito em seu “esforço imenso para impedir qualquer mudança radical” (Gramsci, 2022, p. 345). O predomínio da presença dessa pequena política é um indicador de uma condição política desfavorável, com uma tendência de derrotas políticas dos subalternos.

No entanto, como indica Iasi (2025), há “gradações e nuances tanto na dimensão da grande como da pequena política”. No que diz respeito aos subalternos, a pequena política como prática associada às questões “parciais e cotidianas” remete à luta por salários, por melhores condições de vida e por ampliação de direitos sociais, batalhas ainda mantidas no interior da ordem capitalista. São lutas parciais que não chegam a questionar o conjunto da hegemonia tradicional, mas que representam uma ação política com um corte de classe por parte dos subalternos. Apesar disso, podem ser um ponto de partida para a construção de consciência autônoma e para a proposição de um projeto de futuro alternativo para os subalternos. Em outras palavras, a prática da pequena política do operariado pode conter um nexo dialético de sua superação e ser o avanço para a grande política.

A análise da práxis política dos subalternos deve avaliar o nexo dialético entre pequena e a grande políticas, buscando refletir como as diferentes gradações e nuances das ações cotidianas e parciais dos subalternos, incapazes de questionar a ordem social estabelecida, podem transitar dessa consciência econômico-cooperativa para uma ética-universal marcada pela problematização da estrutura social capitalista. Usa-se, para isso, a ação da grande política como um marcador da ascensão política da consciência de classe, à medida em que o conceito nos permite classificar a ação política, mensurando o estágio da consciência dos subalternos a

partir das suas características fundamentais.

O predomínio da pequena ou da grande política em determinado lastro de tempo é uma referência a ser usada como medida da correlação de forças entre as classes. Um período de predomínio da pequena política pode ser um indicador de uma correlação de forças com tendências mais favoráveis à classe dominante. Por outro lado, momentos em que prevalecem uma atividade política marcada pelo questionamento da estrutura social podem permitir que a atividade política dos subalternos tenha um lugar de primazia e uma propensão a estabelecer posições alternativas à política da classe dominante. Assim, um período de predomínio da grande política pode ser um indicador de uma correlação de forças tendencialmente favorável aos subalternos.

Os conceitos de pequena e grande política nos ajudam a elucidar os interesses de classes contido nas manifestações políticas (Iasi, 2025). Gramsci os adotou como parte do instrumentário de análise das “relações de força em situações concretas” (Liguori; Voza, 2017, p. 350), pois são parte do acervo teórico que, no exame da situação política e das relações de força, atuam como marcadores sociais que auxiliam na análise do predomínio político de uma das forças sociais estabelecidas na luta de classes.

O uso desse mecanismo analítico da correlação de forças entre as classes envolve uma mensuração da relação entre tempo e política. A análise política usa medidas de tempo como instrumento para aferir a correlação de forças e os movimentos tendenciais da luta de classes, distinguindo o que é momentâneo e/ou permanente, caracterizando os traços fundamentais da atividade política em determinados períodos.

Tal exame envolve a mensuração da relação dialética entre tempo (dimensão quantitativa) e política (dimensão da qualitativa), definindo os traços predominantes da atividade política em uma determinada medida de tempo, já que a intenção de Gramsci foi medir o tempo singular da própria política. Essa métrica entre tempo-política ocorre por meio dos conceitos de época, de situação e de conjuntura, que expressam aspectos de continuidade e de descontinuidade das condições concretas e da práxis política nas distintas medidas de tempo.

Uma “época ou era” corresponde a uma medida temporal longa; o seu início representa uma transformação qualitativa profunda na ordem social, com a

consolidação de um novo bloco histórico ou de seus estágios distintos, os quais contêm caracteres que se perpetuam no tempo e determinam a forma da atividade política. A constituição de uma época é processual e definida por “ondas ou situações”. Gramsci se referiu a isso citando o exemplo da Revolução Francesa (1789) como um acontecimento que inaugurou uma época de intensa atividade revolucionária e de instabilidade política que se encerrou com a derrota política da experiência da Comuna de Paris (1871). As distintas situações ou ondas revolucionárias ocorridas nos anos de 1789, 1794, 1799, 1804, 1815, 1830, 1848 e 1870 no interior dessa época são parte do que gestou e transformou esse bloco histórico, culminando em outra época iniciada após 1871, tendo como traço preponderante uma vida política mais estável. Gramsci entendeu que o estudo dessas ondas permitiria “reconstruir as relações entre estrutura e superestrutura, e por outro, entre o curso do movimento orgânico e o curso do movimento de conjuntura da estrutura” (Gramsci, 2022, p. 40).

No interior da fixidez de uma época ou era estão contidos momentos políticos distintos, situações demarcadas por manifestações políticas mais orgânicas, e, como tal, existem em escalas temporais duradouras, nas quais persistem certos traços regulares da atividade política. A questão em torno da pequena ou da grande política é que a prevalência de um ou de outro em uma situação opera como uma métrica que auxilia a demarcar a práxis e avaliar as forças que exercem predomínio na luta política. Na análise dessas atividades, os traços orgânicos fazem emergir e tornam mais nítidos os antagonismos de classe ocultos na avaliação reduzida aos aspectos cotidianos da política. Por essa razão, a análise marxista deve priorizar os dados orgânicos, de modo a desvendar com exatidão a correlação de forças presente em cada situação política.

Por fim, a conjuntura, que se refere a uma menor escala de tempo, diz respeito aos eventos cotidianos e assistemáticos; é no emaranhado desses acontecimentos aparentemente anárquicos e isolados que se ocultam os antagonismos de classe. Portanto, o exame da conjuntura deve estar combinado com o do movimento orgânico para poder exprimir os fundamentos da luta de classes ocultos nos dados imediatos. Uma investigação que apreenda a articulação entre os movimentos orgânicos e conjunturais é capaz de revelar na análise dos dados conjunturais “a síntese das múltiplas contradições existentes na estrutura”, e encontrar “na aparente contingência

da conjuntura as formas estruturadas e estruturantes que configuram o campo do possível” da ação política (Bianchi, 2018, p. 146).

Em toda a sua reflexão, Gramsci ressaltou que os fatores determinante para entender a política são a ação humana e a capacidade das classes em intervirem em sua realidade objetiva, especialmente a condição de os subalternos confrontarem a práxis da pequena política da classe dominante, extraíndo dos acontecimentos cotidianos os fundamentos dos antagonismos de sociais, desvelando a ordem interna que organiza a vida social e convertendo todo sentimento de rebeldia isolada em impulso para uma revolta consciente que pode precipitar a ruptura com a hegemonia tradicional. Os conceitos de época, de situação, de conjuntura, assim como o binômio da pequena política/grande política, são parte de uma série de ‘cânones de pesquisa e interpretação’ das relações de forças (Bianchi, 2018, p. 146). Em particular, as noções de pequena e de grande políticas auxiliam na distinção entre “os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjuntura” (Gramsci, 2022, p. 36-37), ou seja, fazem parte do instrumental teórico que separa os fatos políticos conjunturais de uma situação política. Gramsci (2022, p. 36-37) avaliou essa distinção como essencial para que o marxismo pudesse superar a “crítica política miúda” restrita às “personalidades imediatamente responsáveis pelo poder”, indo além dos “fenômenos de conjuntura”, abordando os “fenômenos orgânicos”, elaborando uma “crítica histórico-social, que envolve os grandes agrupamentos”, e tomando a análise dos grupos dirigentes como parte das relações de classes mais amplas e dos antagonismos sociais.

A pequena política e a grande política aparecem em os CCs justamente quando Gramsci apresentou os elementos teóricos para uma análise histórico-social da correlação de forças. Os conceitos são associados aos movimentos orgânicos (grande política) e aos dados conjunturais (pequena política). Nossa investigação indica que essas noções devem ser tomadas como parte do acervo teórico gramsciano de exame do conceito de política, categorias que ajudam a interpretá-la como uma atividade autônoma, com dinâmica interna própria e temporalidade singular, além de colaborar para identificar a correlação de forças entre as classes em uma situação concreta.

Análise da situação política

A pretensão de Gramsci era recuperar na análise política marxista a articulação entre fatores objetivos e subjetivos, retomando as ditas obras históricas marxianas. Para tanto, a análise política deveria examinar e reproduzir a ordem da relação dialética entre fatores objetivos, como o “grau de desenvolvimento das forças produtivas”, e subjetivos, como as “relações de força política e de partido (sistemas hegemônicos no interior do Estado) e às relações políticas imediatas” (Gramsci, 2022, p. 19-20). Isso incorporaria à investigação da unidade dialética entre estrutura e superestrutura, reproduzindo o conjunto das relações sociais no qual se toma a política como eixo articulador das diferentes esferas da vida social.

O ponto de partida da análise deveria ser a estrutura social, o “grau de desenvolvimento das forças materiais de produção” como fundamento objetivo para a existência dos tipos de “agrupamentos sociais” (Gramsci, 2022, p. 40), isto é, uma base objetiva para a composição das classes a ser examinada a partir das relações sociais de produção e os modelos de propriedade socialmente estabelecidos. A análise da estrutura permitiria mensurar o número de trabalhadores assalariados, o peso do campesinato, os proprietários fundiários, os proprietários de grandes capitais, de pequenos e médios capitais, as atividades produtivas envolvidas, as populações urbanas e rural etc. Nesse nível da análise, as “classes existem objetivamente, tem uma quantidade, um território e uma papel social, essas relações objetivas que constituem a “realidade rebelde” (Gramsci, 2022, p. 40).

Esses dados são oportunos para se compreender a evolução das relações de classe e como elas se dividem no espaço social, aspectos quantitativos que indicam “o grau de realismo e de viabilidade das diversas ideologias que nasceram em seu próprio terreno, no terreno das contradições”, ou seja, no solo da realidade rebelde (Gramsci, 2018, p. 40-1). Assim, a todo instante, Gramsci articulou elementos objetivos e subjetivos para compor a análise da realidade, combinando o exame das forças produtivas e a composição de classe como dados importantes para entender o peso social das ideologias ou de como as contradições se manifestam no tecido social e podem se desenvolverem para conflitos políticos. Esses dados se atravessam e se interrelacionam na análise que parte da estrutura como expressão das contradições

das relações sociais, sendo complementados com elementos da superestrutura, como a manifestação políticas e as ideologias dessas mesmas contradições sociais.

O exame da dimensão ideológica entre as respectivas classes deveria incorporar reflexões que aportassem dados sobre o nível cultural, histórico e político alcançado pelas classes sociais. Esses aspectos compõem o segundo momento da análise da correlação de forças e está voltado para “relação das forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais” (Gramsci, 2022, p. 41).

A compreensão do patamar de homogeneidade ideológica e de consciência das classes representa um dado de difícil verificação. A forma como a tradição marxista reflete sobre esse elemento subjetivo é estipulando diferentes gradações da manifestação da consciência política, com escalas que partem da predominância do individualismo até a manifestação de reflexões coesas em torno da condição de classe por parte dos subalternos⁴. Seguindo essa tradição, Gramsci estabeleceu uma classificação em três níveis da construção da consciência coletiva: um elementar econômico-corporativo; outro pautado na solidariedade com a sociedade de conjunto; e um patamar de superação dos interesses corporativos baseado em uma defesa e solidariedade no campo de classe entre o conjunto dos subalternos.

Os três níveis de consciência são marcadores que ajudam a mensurar o grau da formação da consciência política entre os subalternos, um dado importante para entender a dinâmica das disputas político-ideológicas entre as classes. A consciência econômica, assim como para o próprio Lênin, era tratada como uma barreira a ser superada para a construção de uma visão de mundo mais ampla entre os subalternos. Contudo, a forma como Gramsci elaborou a construção desses graus de consciências representou uma renovação do marxismo, à medida que o peso da homogeneidade ideológica deveria ser aferido na atividade exercida na sociedade política e sociedade civil, em especial tomando a capacidade que os APHs – clubes, associações, jornais, sindicatos, partidos etc. – tinham na construção da autonomia dos subalternos.

Gramsci incorporou à análise da construção da consciência coletiva elementos do campo da superestrutura, entendendo esses fatores subjetivos do campo da

⁴ Em Marx, encontramos um modelo similar de exame da formação da consciência nos conceitos de classe em si e de classe para si. Lênin reelaborou essa concepção de uma ideia de consciência sindical economicista para uma consciência de classe. Gramsci, por sua vez, formulou os momentos da consciência, sendo claramente influenciada pela interpretação de Lênin.

atividade política como um dado determinante para a formação da hegemonia. Agregou fatores culturais, modo de vida e da práxis política para compreender a dinâmica de formação de uma hegemonia e o processo pelo qual as ideias das classes dominantes se convertem nas ideias presentes no senso comum dos subalternos.

Esse aparato analítico formulado por Gramsci comporta a possibilidade de mensurar e classificar a atividade política dos subalternos e da classe dominante, em especial entender a lógica interno de transformação da consciência política dos subalternos quando da superação do pensamento corporativismo econômico para a formação de uma consciência política de caráter universal – “hegemonia ético-política” – que representa a formação de uma consciência capaz de vislumbrar um projeto de sociedade autorregulada e regida sobre os interesses coletivos dos subalternos. Em outras palavras, corresponde à consciência da defesa de uma sociedade comunista, divisando a possibilidade de os subalternos converterem-se em uma direção política e força organizativa da vida social.

Esse instrumental teórico, por sua vez, não representa somente o exame dessa formação ideológica, mas, ao contrário, é parte do processo de planejamento da ação política que pode contribuir para a constituição dessa hegemonia ético-política e para a implementação do projeto político-ideológico dos subalternos. Nessa perspectiva, para Gramsci (2022, p. 43), tratava-se de analisar a “relação das forças militares” decisivas em “cada oportunidade concreta” a fim de avaliar a possibilidade de uma ação político-insurrecional e da tomada do poder por parte dos subalternos.

A expressão “forças militares” designa as forças políticas organizadas das classes, os APHs e o estágio de sua atividade política de formação de uma homogeneidade ideológica, além de sua capacidade de organizar uma ação compacta dos subalternos aos modos de uma organização “militar”. O partido político tem um papel preponderante em Gramsci, que enfatizou a sua capacidade de organizador ativo na construção da coesão político-ideológica entre os subalternos, a sua ação decisiva como força política “permanentemente organizada” e “preparada” para fazer a luta avançar quando julgar a “situação é favorável” (Gramsci, 2022, p. 46).

O partido teria um atributo auxiliar na superação da dispersão ideológica dos subalternos, resultado de sua heterogeneidade social, da dinâmica da política na superestrutura moderna e dos efeitos da hegemonia tradicional no senso comum dos subalternos. A possibilidade de uma ação revolucionária dependia da construção de

uma coesão ideológica entre os subalternos, a qual seria consequência da atividade das organizações políticas de classe, dos APHs inseridos no tecido social e da sua participação na vida cotidiana e cultural dos subalternos. Gramsci não advogou que a formação da hegemonia dos subalternos como meio para a construção de uma nova ordem social seria a forma de uma transformação gradativa das relações sociais por dentro da estrutura social capitalista. Ao contrário, a construção de uma nova estrutura somente seria possível diante da ruptura com essa ordem mediante a ação revolucionária e a tomada do poder. A construção de uma homogeneidade ideológica entre os subalternos é a condição prévia para o êxito da ação revolucionária no Ocidente, uma coesão militar necessária para superar as barreiras constituídas na superestrutura moderna.

Gramsci compreendia que as análises marxistas eram eficazes em desvelar o estágio de desenvolvimento da estrutura social capitalista, contudo, a questão que interessava ao italiano era entender como tais análises poderiam incorporar dados subjetivos e compreender o estágio de “maturação das condições ideológicas-políticas” e as possibilidades de “solução da contradição” social (Bianchi, 2018, p. 115). Para tanto, afirmava que, além de incorporar dados subjetivos à análise política, essa deveria tomar a atividade humana como detentora de um papel central na ação política, tomando homens e mulheres, em suas “vontades” e “capacidades”, como atores prioritários para definição dos rumos da história. Em especial, dever-se-ia entender que era a ação orgânica dos subalternos, em certos tempos da política, que poderia realizar a transição da política cotidiana e dos fatos conjunturais para um confronto aberto entre as classes, no qual a grande política assume preponderância.

Contudo, essa ação política deve ser examinada à luz das condições concretas para sua práxis constituídas na superestrutura. Ou seja, o Estado ampliado – sociedade política e sociedade civil –, em sua constituição singular, é parte do que determina a práxis política, devendo as suas características particulares compor a análise. Na formação das superestruturas modernas, constituem-se as condições concretas de uma práxis política particular, com seus mecanismos de coerção e construção de consenso. É sob essas condições que se travam as lutas político-ideológicas cotidianas pela construção da consciência, da auto-organização e de uma homogeneidade ideológica por parte das classes. Portanto, a práxis da pequena e da grande política deve ser entendida nessas condições concretas da superestrutura

moderna, o que denota a necessidade de exame do processo de formação da democracia moderna.

Os traços característicos da pequena política – práxis política do equilíbrio e permanência da estrutura social – permitem estabelecer uma relação com a atividade política gestada pela constituição da democracia moderna. Se, por um lado, essa prática política, estabelecida em meio à existência já madura dessa democracia representativa, pode ser associada à pequena política, por outro, faz parte da grande política a ação da classe dirigente quando atuava para fundar as instituições e a práxis da democracia representativa. Em especial porque a pretensão das classes dirigentes em meio ao avanço das ideias republicanas no contexto das revoluções burguesas era a criação de um modelo de democracia na qual o exercício da política fosse convertido em uma atividade exclusiva das classes proprietárias dos meios de produção.

A ideia de uma democracia representativa surgiu no republicanismo clássico referindo-se à atividade política como atividade de uma “comunidade de cidadãos ativamente engajados no bem comum” (Wood, 2011, p. 179). No contexto da Revolução Americana (1775), essa elaboração foi retomada pelos federalistas com o intuito de suprimir a concepção de uma cidadania direta e ativa no modelo de república que posteriormente vigorou nos Estados Unidos da América. As duas formulações faziam contraponto à ideia de democracia herdada da experiência Ateniese na Antiguidade grega, definida por Aristóteles como uma “constituição em que a ‘autoridade soberana é composta pelas classes mais pobres, e não pelos donos da propriedade’” (Wood, 2023, p. 100).

O significado político da democracia representativa não era, portanto, “dar uma voz política para a maioria, mas sim distanciar o povo já emancipado tanto quanto possível do poder político” (Wood, 2023, p. 101). Republicanos ingleses e federalistas americanos almejavam um modelo de república extirpado do caráter de classe e sem qualquer pretensão de universalização da ação política pautada na ideia de cidadania ativa por parte do conjunto da sociedade. A concepção de democracia representativa contrapunha a cidadania ativa um modelo de cidadania passiva, na qual a atividade política “seria reservada para os homens proprietários”, e não ao conjunto dos cidadãos, fundando um modelo de democracia que tem “em seu núcleo uma divisão entre uma elite proprietária e uma multidão trabalhadora” (Wood, 2011, p. 179). Para

isso, criou-se “um conjunto de instituições políticas que corporificariam, e simultaneamente limitariam, o poder popular” (Wood, 2011, p. 185).

A democracia moderna, influenciada pelo modelo americano, gesta instituições estatais e da sociedade civil que criam as condições concretas para um modelo de política em que parte dos poderes decisórios está restrita aos representantes eleitos aos cargos estatais. Esse modelo de superestrutura tem a pretensão direta de “diluir ou filtrar o poder popular, [...] com a intenção de colocar uma tela protetora de representantes entre cidadão privado e o poder público” (Wood, 2023, p. 101). Tal mecanismo de separação das atribuições entre os representantes e representados concretiza, por intermédio de um modelo democrático, a divisão entre governantes e governados, criando as condições para uma prática política que pode excluir a classe dos subalternos dos espaços de decisão.

Portanto, essa época política, aberta com a consolidação da superestrutura moderna nos Estados capitalistas avançados, forjou as condições para um modelo de prática política que é uma “*antítese do autogoverno democrático*”, cuja ideia de prática política como exclusiva aos representantes “passava a ser não apenas compatível com a democracia, mas também um de seus componentes”, com a democracia sendo associada “não [a]o exercício do poder político, mas [à] *renúncia* a este poder, sua *transferência* a outros, sua *alienação*” (Wood, 2011, p. 189).

Essa nova estrutura constitui um tipo de democracia que, à medida que se afasta da ideia de poder popular, se identifica cada vez mais com o liberalismo, associando democracia à ideia de controle do poder do Estado, à garantia das liberdades civis e aos direitos constitucionais pautados na igualdade jurídica formal (Wood, 2023). O acesso à cidadania se amplia à medida que avança a restrição dos seus poderes, concretizada por esse modelo de cidadania passiva, no qual o conjunto dos cidadãos não têm poder de decisão. É o avanço do capitalismo que cria as condições para a gestação dessa democracia esvaziada de mecanismos de controle social sobre a propriedade e a riqueza social, consumando um bloco histórico em que ocorre a “separação formal entre o econômico e político”, característica exclusiva do capitalismo, “que permite o confinamento da ‘democracia’ a um domínio abstrato, deixando as desigualdades de riqueza e as estruturas de poder intocadas na ‘economia’” (Wood, 2023, p. 106).

A separação formal entre o econômico e o político autoriza a expansão da

cidadania, uma vez que o status cívico perde importância diante da redução do poder político e da ampliação do poder econômico, o que ocorre por meio da transferência de parte do poder político – alocação do trabalho, uso dos meios de produção e distribuição da riqueza social – para a esfera econômica e privada. Essa mudança define a forma de fazer política no campo da democracia representativa, ao consumir o esvaziamento da atividade política das organizações estatais como órgão de regulação da vida social, com parte do poder social passando a existir em separado do domínio público na esfera “econômica”, sobre controle privado dos proprietários dos meios de produção. Tal esfera opera “com seu próprio sistema de compulsão e coerção, suas próprias formas de dominação, suas próprias hierarquias, que estão fora do âmbito da liberdade democrática como é comumente concebida (Wood, 2023, p. 114).

Desse modo, a práxis política engendrada na estrutura da democracia moderna é regida tanto por uma alienação do poder dos cidadãos, no qual a cidadania ativa é uma prática restrita aos representantes políticos das classes proprietárias, quanto pela “separação formal das esferas políticas e econômicas do capitalismo, o que permite a abstração formal da democracia política das desigualdades sociais e da dominação econômica” (Wood, 2023, p. 115).

No interior da época inaugurada após a Comuna de Paris (1871), podemos tomar os conceitos de pequena política e grande política em Gramsci para caracterizar a práxis política estabelecida nas condições concretas criadas pela democracia moderna. A pequena política na superestrutura capitalista pode ser associada de modo prioritário ao exercício de uma política que, confinada a uma democracia abstrata, como uma práxis que opera pela conservação dessa estrutura social, logo, está associada aos interesses da classe dominante e converte as classes subalternas em cidadãos passivos, alienados do poder de decisão político.

Entendemos que o conceito de pequena política em Gramsci pode ser articulado ao modelo de prática política estabelecida pelas classes dominantes no processo de constituição da democracia moderna, como uma prática política vinculada às condições concretas criadas por esse modelo de cidadania ativa restrita aos representantes das classes proprietárias, em uma democracia esvaziada de mecanismos de controle sobre o poder econômico. A dinâmica estabelecida por essa superestrutura, por sua vez, autoriza um modelo de democracia que perpetua uma

prática política centrada nas disputas cotidianas travadas entre as frações da classe dominante, reduzida a interesses corporativistas desses grupos em torno da alteração da “orientação governamental” ou a elementos restritos da legislação vigente e na disputa por “alternância dos partidos e dirigentes no governo” (Gramsci, 2022, p. 48). Em outras palavras, estabelece-se uma práxis política sem qualquer pretensão de transformação da estrutura social.

A presença da pequena política pode representar uma tendência de continuidade da hegemonia burguesa com a estabilidade do modelo de democracia representativa. Em contrapartida, a presença da grande política pode representar um movimento para uma situação de crise dessa hegemonia e do modelo de democracia representativa. Essa vinculação entre pequena política e grande política com a democracia representativa ajuda-nos a examinar a dinâmica contemporânea da atividade política nas superestruturas avançadas do capital, ao incorporar novas determinações para uma análise da política no interior da teoria marxista.

Retomando os conceitos de pequena e grande políticas como métricas de prevalência de um determinado interesse de classe presente na atividade política, podemos reexaminar a relação entre grande política e a ação dos subalternos, destacando que, para o marxista italiano, existe uma vinculação implícita entre o conceito de grande política e ação revolucionária dos subalternos. Essa ligação se sustenta ao entendermos que a prática da grande política entre os subalternos representa um interesse consciente de construção de uma nova estrutura. A forma como Gramsci articulou conceitos como Estado ampliado, hegemonia, estágios de consciência e APHs, ajuda-nos a compreender que essa ação política é realizada nos embates políticos-ideológicos no cotidiano da superestrutura, o que permeia um atravessamento entre a pequena e a grande políticas dos subalternos.

A construção da homogeneidade ideológica entre os subalternos passa pela ação da pequena política como atividade política cotidiana, a qual, mesmo sem ser uma luta direta contra essa estrutura social, é parte do que forma uma consciência de classe, a partir de experiências culturais coletivas e práticas de trabalho solidário, intervindo nas condições de vida das classes subalternas, ações que imprimem uma visão de classe nessa realidade rebelde. Essas ações políticas adquirem maior importância e atenção por parte dos subalternos nas situações de crise da hegemonia tradicional. Quando o tempo da política avança, acelera-se a produção de uma

homogeneidade ideológica em torno de um projeto de uma nova estrutura social, o que nos permite entender que a grande política emerge da pequena política cotidiana. Tal relação dialética faz avançar em situações políticas favoráveis uma consciência autônoma dos subalternos, maturando as condições subjetivas para a ação político-insurrecional como ápice da grande política.

Assim sendo, a grande política, descrita por Gramsci como uma política criativa, refere-se à dimensão transformadora da ação revolucionária, uma força criadora de uma nova ordem que emerge da luta radical contra a estrutura social e sua democracia moderna, “esvaziada de conteúdo social”, reduzida a igualdade jurídica formal que sustenta uma profunda desigualdade social.

Na relação dialética entre a pequena e a grande políticas, os subalternos promovem a construção de sua homogeneidade ideológica e programática em torno da formação de um projeto alternativo de sociedade e democracia, que passa pela derrocada da democracia representativa e de sua cidadania passiva. O estabelecimento de uma democracia regida por um modelo de cidadania ativa, com mecanismos de controle social sobre a produção como instrumento de superação das desigualdades e das relações de exploração. Dito de outro modo, um modelo de democracia no qual se define a partir de critérios políticos e públicos as formas de alocação de recursos sociais, estabelecendo como prioridade o atendimento das necessidades coletivas, assim como a criação de medidas para supressão das opressões de gênero, de raça e de orientação sexual.

Trata-se da constituição de um modelo de democracia voltado à superação da alienação política dos subalternos de sobrepôr e de superar o bloco histórico que estabelece com o monopólio político das classes proprietárias. Esse modelo cria mecanismos e instituições – na sociedade política e civil – de debate público e de tomada decisões coletivas e converte novamente as questões econômicas com parte das decisões política, assumindo, dessa forma, a grande política como uma prática cotidiana em suas reflexões sobre a estrutura social. Portanto, a grande política é para os subalternos a ação criadora de uma estrutura social regida por uma democracia com conteúdo social e de classe, na qual a atividade política deve ser regida para a construção de uma igualdade social substantiva.

Ao vincular o conceito de grande política à ação de construção de uma nova estrutura social, o Gramsci demarcou que esse conceito se refere à própria atividade

de construção de uma hegemonia dos subalternos em torno da política revolucionária. A grande política pode ser entendida como a pretensão da prática política dos revolucionários, em sua intenção permanente de construir a ação coletiva em prol do projeto coletivo dos subalternos, uma ordem social radicalmente democrática, produto da atividade livre e criadora dos trabalhadores.

Referências

BIANCHI, A. **Laboratório de Gramsci**: Filosofia, História e Política. Porto Alegre: RS, Zouk. 2018.

COUTINHO, C. N. Introdução. In: COUTINHO, Carlos Nelson (org.). **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 13-40.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

LIGUORI, G; VOZA, P. (orgs.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LENIN, V. **O Que Fazer?** A Organização como Sujeito Político. São Paulo: Martins, 2006.

GRAMSCI, A. **Caderno dos Cárcere**. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

IASI, M. L. A Pequena Política, a Grande Política e a Nossa ambição. **Blog Boitempo**, 30 de agosto de 2019. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/08/30/a-pequena-politica-a-grande-politica-e-a-nossa-ambicao>. Acesso em 20 de outubro de 2025.

WOOD, E. M. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

WOOD, E. M. Democracia. In: MUSTO, Marcello (org.). **O Renascimento de Marx**: principais conceitos e novas interpretações. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.